IRMÃOS POLÍCIA
CONCURSOS POLICIAIS

DOSSIÊ PRÉ-EDITAL

O QUE A BANCA COBRA NA PMGO

Soldado de 2ª Classe (Combatente) · Polícia Militar de Goiás. As provas de 2022 e 2017 lidas questão por questão: o peso real de cada matéria, como cada assunto caiu e por onde começar.

2 provas | 100 questões | 10 matérias



www.irmaospolicia.com.br

ANTES DE COMEÇAR

COMO ESTE DOSSIÊ FOI FEITO

Lemos as 2 provas abaixo do começo ao fim, conferimos cada questão com o gabarito e classificamos por matéria e assunto. Todo número deste material é contagem dessas provas. Nenhum percentual foi estimado.

2022
Instituto AOCP · 50 questões
Soldado de 2ª Classe QPPM – Combatente
(Edital nº 002/2022, SEAD-GO)

2017
Funrio · 50 questões
Soldado de 3ª Classe (Edital nº 005/2016, SEGPLAN-GO; Prova A)

SITUAÇÃO EM 10/11/2026: SEM EDITAL NOVO E SEM AUTORIZAÇÃO LOCALIZADA

A lista oficial da SEAD, atualizada em 06/11/2026, traz como mais recentes os editais 002 e 003/2022, já homologados. Não há autorização formal nem data oficial de novo concurso. **Próxima banca:** não confirmada.

A PROVA VISTA DE PERTO

As duas provas de Soldado lidas têm 50 questões de múltipla escolha com cinco alternativas e um texto dissertativo de 20 a 30 linhas. Em 2017 (Funrio) foram 4 horas de prova, em 2022 (Instituto AOCP) foram 5 horas: separando uma hora para a redação, sobram cerca de 4,8 minutos por questão em 2022. Os textos de Português encolheram de 658 palavras (2017, mais uma tirinha) para 433 palavras (2022), mas o texto de 2022 sustentou 9 das 10 questões da matéria.

01
CASO NARRADO NO LUGAR DA LEI SECA

Em 2017 nenhuma questão de Direito trazia caso concreto: todas pediam a letra da lei. Em 2022, 13 das 35 questões de Direito começam com uma história, como o estelionato contra o turista na 16, o PM que atropela na faixa na 32 e o grupo armado contra ordem do superior na 41.

02
JURISPRUDÊNCIA ENTROU EM 2022

Cinco enunciados de 2022 pedem expressamente o entendimento do STF, do STJ ou dos Tribunais Superiores (questões 19, 22, 23, 28 e 48). Na prova de 2017 nenhum enunciado cita tribunal.

03

FORMATOS QUE EXIGEM CADA ITEM

Em 2022 houve 4 questões de verdadeiro ou falso (14, 20, 27 e 36), 2 de assertivas I a IV (40 e 45) e 8 pedindo a alternativa incorreta ou a que NÃO se encaixa. Em 2017 só a 25 era desse tipo.

04

ERRO ESCONDIDO NUM NÚMERO OU PALAVRA

Na prova da Funrio, várias erradas eram o artigo com um detalhe trocado. Na 31 de 2017 a autópsia virou 'em até seis horas' depois do óbito, quando o CPP manda esperar pelo menos seis horas. Na 40, o prazo de oito dias da deserção aparece como sete e cinco nas erradas.

05

MARIA DA PENHA ATRAVESSA A PROVA

Em 2017 a Lei 11.340/2006 foi o texto de Português (questões 1 a 6), apareceu na 16 (agravante), na 17 (lesão em contexto doméstico), na 45 (providências da autoridade policial) e foi o tema da discursiva. Em 2022 voltou na 20, em formato de verdadeiro ou falso.

06

MATÉRIAS MILITARES SOMAM 18%

Penal Militar, Processo Penal Militar e Legislação PMGO deram 9 questões em cada prova. Em 2017 foram 6 de Penal Militar e 3 do Estatuto dos PM de Goiás, em 2022 foram 4 de Penal Militar e 5 de Processo Penal Militar.

O PESO DE CADA MATÉRIA

ONDE ESTÃO AS QUESTÕES

Quantas questões cada matéria teve em cada prova. A coluna Total soma as 2 provas (100 questões).

MATÉRIA	2022	2017	TOTAL	%
Português ✓	10	10	**20**	20,0%
Constitucional ✓	6	6	**12**	12,0%
Administrativo ✓	6	6	**12**	12,0%
Penal ✓	5	6	**11**	11,0%
História e Geografia de Goiás ✓	5	5	**10**	10,0%
Processo Penal ✓	5	5	**10**	10,0%
Penal Militar ✓	4	6	**10**	10,0%
Legislação Especial ✓	4	3	**7**	7,0%
Processo Penal Militar	5	–	**5**	5,0%
Legislação PMGO	–	3	**3**	3,0%
Total	**50**	**50**	**100**	**100%**

✓ caiu em todas as provas analisadas. – a matéria não estava nessa prova. Fonte: provas e gabaritos oficiais, contagem Irmãos Polícia.

OS ASSUNTOS QUE VOLTAM DE UMA PROVA PARA OUTRA

Caíram em pelo menos duas das provas. Dentro de cada matéria, comece por eles.

MATÉRIA · ASSUNTO	PROVAS	QUESTÕES
Português · Interpretação de texto	2022 2017	8
Constitucional · Defesa do Estado e das instituições democráticas	2022 2017	5
História e Geografia de Goiás · Formação econômica e povoamento (mineração, Goiânia, Brasília, rodovias)	2022 2017	4
História e Geografia de Goiás · Aspectos físicos (vegetação, hidrografia, clima, relevo)	2022 2017	3
Constitucional · Segurança pública e militares estaduais	2022 2017	3
Penal Militar · Penas e efeitos da condenação	2022 2017	3
Português · Coesão e coerência textual	2022 2017	2
Penal · Crimes contra o patrimônio	2022 2017	2
Penal · Lei Maria da Penha	2022 2017	2
Administrativo · Responsabilidade civil do Estado	2022 2017	2
Administrativo · Atos administrativos	2022 2017	2

MATÉRIA · ASSUNTO	PROVAS	QUESTÕES	
Administrativo · Princípios da administração pública	2022 2017	2	
Administrativo · Agentes públicos	2022 2017	2	
Penal Militar · Crimes contra a autoridade ou disciplina militar	2022 2017	2	
Legislação Especial · Crimes hediondos (Lei 8.072/1990)	2022 2017	2	

MATÉRIA 01

PORTUGUÊS

20	20,0%	2/2
questões em 2 provas	do total	provas em que caiu

São 20 das 100 questões lidas, 10 em cada prova, mas o perfil mudou de uma banca para a outra. Em 2017 a Funrio fez 7 questões de interpretação sobre um texto da Lei Maria da Penha e uma tirinha de Bruno Drummond. Em 2022 a AOCP usou o texto 'Pratos quebrados' para 9 questões, e só a 9 era de interpretação: o resto foi gramática aplicada ao texto (conjunção integrante, locução verbal, pontuação, colocação pronominal, relação entre orações e reescrita). A 10 de 2022 fechou com redação oficial. No edital de 2022 a questão de Português valia 1 ponto, metade das de Direito.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2022	2017	TOTAL
Interpretação de texto	1	7	**8**
Morfologia: locuções verbais e funções do que/se	2	–	**2**
Sintaxe (relações sintático-semânticas)	2	–	**2**
Coesão e coerência textual	1	1	**2**
Pontuação	1	–	**1**
Colocação pronominal	1	–	**1**
Reescrita de frases e parágrafos	1	–	**1**
Redação oficial	1	–	**1**
Semântica: significação de palavras	–	1	**1**
Variação linguística e função textual	–	1	**1**

COMO CAIU

Interpretação de texto. Em 2017 foram 7 questões: objetivo da lei (1), o que a lei considera violência doméstica (3), conclusão do último parágrafo (5) e três sobre a tirinha (7, 8 e 9). A 4 foi anulada porque citava o 'artigo 266' da Constituição no lugar do 226. Em 2022 sobrou uma, a 9, que pedia o sentido de 'radicalmente hipostasiada'.

Morfologia: locuções verbais e funções do que/se. Duas em 2022: a 1 pedia o 'se' conjunção integrante entre cinco trechos do texto (dois 'se' condicionais e dois pronomes misturados) e a 3 pedia a frase sem locução verbal.

Sintaxe (relações sintático-semânticas). Na 5 de 2022, a relação entre 'algo poderá ser trabalhado' e 'algo deverá ser perdido' era a pergunta, com condição, causa e adversidade entre as opções. A 7 analisou o trecho 'é com pratos quebrados que sempre se ofereceram jantares' quanto ao 'se', à transitividade e à função de 'quebrados'.

Coesão e coerência textual. Uma por prova. Na 6 de 2017, a retomada de 'Lei Maria da Penha' por 'Ela' e pelo sujeito oculto de 'garante' e 'cria'. Na 2 de 2022, a quem se referiam 'tal experiência', 'isso' e 'Ele'.

Reescrita de frases e parágrafos. Na 8 de 2022 as reescritas erradas tinham 'vão no banquete', 'Embora as pessoas não vão' e 'Porquanto' trocando o sentido adversativo de 'No entanto'. A regência de ir (ir a) e o valor do conector decidiam a questão.

QUESTÃO COMENTADA · 2017, QUESTÃO 6 · SOLDADO DE 3ª CLASSE

Na frase em que a Lei Maria da Penha 'foi criada', 'garante punição' e 'cria mecanismos', a banca perguntou por quais procedimentos o texto retoma o termo Lei Maria da Penha.

Gabarito: Pronominalização e elipse (letra A): o pronome 'Ela' retoma a lei e o sujeito de 'garante' e 'cria' fica oculto.

A Funrio cobra coesão com o nome técnico do recurso. Saber distinguir elipse, pronominalização, nominalização e hiperônimo resolve a questão sem reler o texto todo.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ Na 1 de 2022, três alternativas tinham 'se' com outras funções (pronome em 'não se recupera', condicional em 'Se bem elaborada'). Só uma era conjunção integrante.
- ✕ Na 8 de 2022, reescritas com 'vão no banquete' e 'Embora as pessoas não vão nas festas' pareciam naturais, mas erram a regência de ir e deixam a frase sem oração principal.
- ✕ Na 10 de 2017, a tirinha era um diálogo informal e a resposta era que a variedade padrão não era necessária. Quem marcou que ela 'predomina' errou.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Concordância verbal e nominal.
- Regência verbal e nominal.
- Uso da crase.
- Figuras de linguagem.

PRIORIDADE Comece por coesão, conectores, funções do 'se' e locuções verbais, que deram 5 questões em 2022 (1, 2, 3, 5 e 8). Concordância, regência e crase estão no edital e não caíram nas duas provas: ficam para o fim, em revisão por questões.

MATÉRIA 02

CONSTITUCIONAL

12	12,0%	2/2
questões em 2 provas	do total	provas em que caiu

Foram 12 questões, 6 por prova, cada uma valendo 2 pontos em 2022. Em 2017 a Funrio concentrou tudo em segurança pública e defesa do Estado: 4 questões de estado de defesa, estado de sítio, Forças Armadas e Conselho de Defesa Nacional, mais 2 sobre polícias militares. Em 2022 a AOCP abriu o leque para direitos fundamentais (associações e tratados de direitos humanos), iniciativa de lei sobre militares estaduais, substituição do Presidente e princípios. A defesa do Estado foi o único assunto presente nas duas provas, com 5 questões no total.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2022	2017	TOTAL
Defesa do Estado e das instituições democráticas	1	4	**5**
Segurança pública e militares estaduais	1	2	**3**
Direitos e garantias fundamentais	2	–	**2**
Organização dos poderes	1	–	**1**
Princípios fundamentais e organização do Estado	1	–	**1**

COMO CAIU

Defesa do Estado e das instituições democráticas. Na 24 de 2017, a competência do Conselho de Defesa Nacional. Na 25, a medida que não cabe no estado de sítio (busca e apreensão 'exceto em domicílio'). Na 26, regras do estado de defesa. A 23, sobre Forças Armadas, foi anulada. Em 2022 a 26 misturou habeas corpus em punição disciplinar, greve de militar, prazo de 24 horas para o Congresso e remuneração dos policiais.

Segurança pública e militares estaduais. Na 21 de 2017, a competência das polícias militares (polícia ostensiva e preservação da ordem pública, art. 144, §5º, da CF). Na 22, a elegibilidade do militar com menos de dez anos de serviço, que deve se afastar. Na 23 de 2022, lei de iniciativa de deputado sobre indenização de militares de Goiás, sancionada pelo Governador, cobrando vício de iniciativa.

Direitos e garantias fundamentais. Na 21 de 2022, uma associação acusada de tráfico de menores: a pergunta era quem pode suspender suas atividades e se precisa de trânsito em julgado (art. 5º, XIX, da CF). Na 22, o status de tratado de direitos humanos aprovado pelo rito comum, segundo o STF.

Organização dos poderes. Na 24 de 2022, Presidente e Vice viajam juntos e a questão pede quem assume primeiro a Presidência pela ordem do art. 80 da CF.

QUESTÃO COMENTADA · 2017, QUESTÃO 26 · SOLDADO DE 3ª CLASSE

A questão pedia a afirmação correta sobre o que vale durante a vigência do estado de defesa, com opções sobre relaxamento da prisão, prazo de detenção, incomunicabilidade do preso, sigilo de correspondência e direito de reunião.

Gabarito: É vedada a incomunicabilidade do preso (letra C), como prevê o art. 136, §3º, IV, da CF.

As erradas trocavam um detalhe do art. 136: cinco dias no lugar de dez, prisão que 'não poderá ser relaxada' e reunião 'ressalvadas as associações'. A banca cobra o artigo inteiro, inciso por inciso.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ Na 26 de 2017, a prisão no estado de defesa aparecia limitada a cinco dias. O art. 136, §3º, III, fala em dez dias, salvo autorização do Judiciário.
- ✕ Na 25 de 2017, 'busca e apreensão, exceto em domicílio' era a medida que NÃO cabe no estado de sítio, porque o art. 139 permite a busca em domicílio.
- ✕ Na 26 de 2022, uma alternativa dizia que os policiais da segurança pública são pagos pelo regime de vencimentos. O art. 144, §9º, da CF fala em subsídio.

PRIORIDADE Primeiro os arts. 136 a 144 da CF (defesa do Estado, Forças Armadas e segurança pública) e as regras dos militares estaduais, que juntos deram 8 das 12 questões. Depois o art. 5º. Processo legislativo e organização dos poderes podem vir no fim, com uma questão em cada prova.

MATÉRIA 03

ADMINISTRATIVO

12	12,0%	2/2
questões em 2 provas	do total	provas em que caiu

Também 12 questões, 6 por prova, valendo 2 pontos cada em 2022. As duas bancas espalharam a matéria: nenhum assunto teve mais de 2 questões no total. Responsabilidade civil, atos administrativos, princípios e agentes públicos caíram nas duas provas. Em 2017 a Funrio cobrou definições de lei (pessoa jurídica de direito público, administração direta, estabilidade). Em 2022 a AOCP trouxe casos com PM de Goiás e a Lei de Improbidade já com a redação de 2021.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2022	2017	TOTAL
Responsabilidade civil do Estado	1	1	**2**
Atos administrativos	1	1	**2**
Princípios da administração pública	1	1	**2**
Agentes públicos	1	1	**2**
Organização administrativa	–	2	**2**
Poderes administrativos	1	–	**1**
Improbidade administrativa	1	–	**1**

COMO CAIU

Responsabilidade civil do Estado. Na 36 de 2017, a regra do art. 37, §6º, da CF, com as erradas negando direito de regresso ou dizendo que a responsabilidade por ação seria subjetiva. Na 32 de 2022, um PM atropela um pedestre na faixa porque respondia mensagens: a questão pede contra quem vai a ação e com que fundamento.

Atos administrativos. Na 34 de 2017, os vícios que invalidam o ato, com as definições da Lei 4.717/1965 levemente alteradas nas erradas. Na 33 de 2022, o Comandante-Geral quer tornar obrigatória a farda no setor administrativo e a questão pede a espécie de ato adequada.

Agentes públicos. Na 33 de 2017, a estabilidade após três anos e o que acontece com o estável se o cargo é extinto ou a demissão anulada. Na 36 de 2022, verdadeiro ou falso sobre agentes honoríficos, acumulação de cargo de motorista com o de Soldado, funções de confiança e defesa técnica no processo disciplinar.

Organização administrativa. Duas em 2017: a 28 (o que integra a administração direta) e a 38 (autarquias como pessoa jurídica de direito público interno). Em 2022 o tema voltou dentro da 35, sobre outorga, fundações e capacidade processual de órgãos.

> **Improbidade administrativa.** Na 37 de 2022, o presidente de comissão frustra licitação para favorecer um amigo. O caso reproduz a conduta do art. 11, V, da Lei 8.429/1992 na redação da Lei 14.230/2021, e as alternativas cobravam sanções e recursos da lei reformada.

QUESTÃO COMENTADA · 2017, QUESTÃO 34 · SOLDADO DE 3ª CLASSE

A questão pedia em qual hipótese o ato administrativo é inválido, listando incompetência, vício de forma, inexistência dos motivos, ilegalidade do objeto e desvio de finalidade, cada um com uma definição.

Gabarito: Ilegalidade do objeto, quando o resultado do ato viola lei, regulamento ou outro ato normativo (letra D).

As outras quatro tinham a definição da lei com um acréscimo que a estraga, como 'ainda que não indispensáveis' no vício de forma e 'somente' no desvio de finalidade. Ler cada palavra da alternativa vale mais que decorar a lista.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ Na 33 de 2017, uma alternativa dizia que o estável é exonerado se o cargo for extinto. O art. 41, §3º, da CF manda pô-lo em disponibilidade.
- ✕ Na 36 de 2017, a responsabilidade do Estado por conduta comissiva aparecia como subjetiva, dependente de falha do serviço. Pelo art. 37, §6º, ela é objetiva.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Leis de licitação 8.666/93 e 14.133/2021.
- Lei Estadual nº 13.800 (Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado de Goiás).

> **PRIORIDADE** Responsabilidade civil, atos e agentes públicos primeiro: os três caíram nas duas provas e somam 6 das 12 questões. A Lei 13.800 de Goiás e as leis de licitação estão no edital de 2022 sem nenhuma questão até agora e podem ficar para depois.

MATÉRIA 04

PENAL

11	11,0%	2/2
questões em 2 provas	do total	provas em que caiu

Foram 11 questões, 6 em 2017 e 5 em 2022. A Funrio cobrou parte geral e crimes em espécie pela letra do Código: agravantes, erro de tipo, lesão no contexto doméstico, roubo majorado e concussão. A AOCP gastou 3 das 5 questões em aplicação da lei penal (lei temporária, conflito aparente de normas, analogia) e usou casos concretos com entendimento do STJ. Roubo e Lei Maria da Penha foram os únicos assuntos nas duas provas.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2022	2017	TOTAL
Aplicação da lei penal	3	–	**3**
Crimes contra o patrimônio	1	1	**2**
Lei Maria da Penha	1	1	**2**
Parte geral: aplicação da pena e teoria do crime	–	2	**2**
Crimes contra a pessoa	–	1	**1**
Crimes contra a administração pública	–	1	**1**

COMO CAIU

Aplicação da lei penal. Na 16 de 2022, uma lei que aumenta a pena do estelionato só durante um evento esportivo: a questão exigia separar lei temporária, excepcional e intermediária e saber se ela alcança o fato depois de revogada. A 17 tratou de conflito aparente de normas e a 18 misturou analogia, lex mitior e extraterritorialidade.

Crimes contra o patrimônio. Na 19 de 2017, as hipóteses de aumento de um terço até metade no roubo (art. 157, §2º, do CP). Na 19 de 2022, roubo com faca seguido de prisão a dois quarteirões, perguntando se foi consumado ou tentado e se simples, majorado ou qualificado, à luz do STJ.

Lei Maria da Penha. Na 45 de 2017, as providências imediatas da autoridade policial depois do registro (art. 12 da Lei 11.340/2006). Na 20 de 2022, quatro afirmações sobre âmbito da lei, namoro já terminado, coabitação e conceito de violência psicológica.

Parte geral: aplicação da pena e teoria do crime. Na 16 de 2017, qual circunstância sempre agrava a pena (art. 61 do CP). Na 18, os efeitos do erro sobre elemento do tipo, com erradas que descreviam erro de proibição e erro sobre a pessoa.

Crimes contra a administração pública. Na 20 de 2017, as cinco alternativas eram os verbos de concussão, corrupção passiva, peculato, prevaricação e condescendência criminosa. A resposta era 'exigir' vantagem indevida.

QUESTÃO COMENTADA · 2017, QUESTÃO 17 · SOLDADO DE 3ª CLASSE

Sobre lesão corporal contra ascendente, cônjuge, companheiro ou alguém com quem o agente conviva, a banca pediu a afirmação correta sobre aumentos de pena e tipo de pena.

Gabarito: Se a lesão for seguida de morte, sem que o agente quisesse ou assumisse o risco do resultado, a pena aumenta em um terço (letra B), pelo art. 129, §10, do CP.

As erradas trocavam a fração: dois terços para a lesão grave e para a vítima com deficiência, quando a lei fala em um terço. A Funrio troca números e espera que o candidato não tenha as frações na ponta da língua. Atenção: desde a Lei 14.994/2024 a lesão do art. 129, §9º, tem pena de reclusão de 2 a 5 anos, então hoje a letra D também estaria certa.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ Na 19 de 2017, 'transporte de valores, mesmo quando o agente desconhece' estava errado: o art. 157, §2º, III, exige que ele conheça a circunstância.
- ✕ Na 19 de 2017, o veículo levado 'para outro Município' não aumenta a pena. A lei fala em outro Estado ou exterior.
- ✕ Na 16 de 2017, 'sob a influência de multidão em tumulto' aparecia como agravante, mas é atenuante pelo art. 65, III, 'e', do CP.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Princípios da legalidade e da anterioridade.
- Territorialidade e extraterritorialidade da lei penal.
- Disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal.

PRIORIDADE Comece por aplicação da lei penal, que levou 3 questões em 2022, e pelos arts. 1º a 7º da Lei Maria da Penha, presentes nas duas provas. Crimes contra o patrimônio vêm em seguida. Os outros temas da parte geral listados no edital podem ser vistos por questões no fim.

MATÉRIA 05

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE GOIÁS

10	10,0%	2/2
questões em 2 provas	do total	provas em que caiu

Foram 10 questões, 5 por prova, valendo 1 ponto cada em 2022. Formação econômica (mineração, Goiânia, rodovias) e aspectos físicos caíram nas duas provas e somam 7 das 10. Em 2017 a Funrio usou tabela de urbanização e textos sobre Vargas e JK. Em 2022 a AOCP pediu nomes precisos: a bacia do Meia Ponte, a revolta de Trombas e Formoso e o relevo da Chapada dos Veadeiros.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2022	2017	TOTAL
Formação econômica e povoamento (mineração, Goiânia, Brasília, rodovias)	1	3	**4**
Aspectos físicos (vegetação, hidrografia, clima, relevo)	2	1	**3**
História sociocultural (escravidão, movimentos sociais no campo)	2	–	**2**
Aspectos demográficos (urbanização)	–	1	**1**

COMO CAIU

Formação econômica e povoamento (mineração, Goiânia, Brasília, rodovias). Na 13 de 2017, o que a crise da mineração no fim do século XVIII causou em Goiás. Na 15, Goiânia inaugurada em 1942 dentro da política territorial de Vargas. A 14, sobre a Belém-Brasília, foi anulada. Na 12 de 2022, as consequências da mineração no espaço brasileiro.

Aspectos físicos (vegetação, hidrografia, clima, relevo). Na 11 de 2017, as características do Cerrado (arbustos retorcidos e casca espessa). Na 11 de 2022, a bacia que concentra cerca de 40% da população em 4,2% do território, a do Meia Ponte. Na 15 de 2022, as unidades de relevo da Chapada dos Veadeiros.

História sociocultural (escravidão, movimentos sociais no campo). Na 13 de 2022, um texto sobre posseiros liderados por José Porfírio nos anos 1940 e 1950, que era Trombas e Formoso. Na 14, verdadeiro ou falso sobre a escravidão em Goiás, escravidão de ganho e o peso da pecuária no século XIX.

QUESTÃO COMENTADA · 2017, QUESTÃO 12 · SOLDADO DE 3ª CLASSE

A partir de uma tabela com a taxa de urbanização de Goiás, do Centro-Oeste e do Brasil entre 1970 e 2010, a questão pedia a leitura correta dos dados.

Gabarito: A população rural de Goiás era de 19,2% em 1991 e de 9,7% em 2010 (letra E), o complemento das taxas urbanas de 80,8% e 90,3%.

A conta era só subtrair de 100. Questão de tabela se resolve com os números do próprio enunciado, sem decorar dado.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Aspectos da história política de Goiás: os bandeirantes e a colonização, o coronelismo e oligarquia na República Velha, a Revolução de 1930, aspectos políticos e administrativos de 1930 até os dias atuais.

PRIORIDADE Mineração, a construção de Goiânia e as rodovias primeiro, depois hidrografia e relevo, que juntos deram 7 das 10 questões. História política (bandeirantes, coronelismo, 1930) está no edital e não caiu: vale uma revisão curta no fim, porque a matéria não pode ser zerada.

MATÉRIA 06

PROCESSO PENAL

10	10,0%	2/2
questões em 2 provas	do total	provas em que caiu

Foram 10 questões, 5 por prova. Em 2017 a Funrio gastou 4 delas no título da prova do CPP: indício, exame de corpo de delito, perícia em cadáver e busca domiciliar, sempre com a redação do artigo alterada nas erradas. A quinta foi ação penal pública. Em 2022 a AOCP foi para prisão e liberdade (3 questões, incluindo fiança, habeas corpus e prisão temporária), requisição de dados de estação rádio base e procedimentos, com uma questão inteira de jurisprudência do STJ.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2022	2017	TOTAL
Prova	–	4	**4**
Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória	3	–	**3**
Inquérito policial	1	–	**1**
Processo comum, procedimentos e recursos	1	–	**1**
Ação penal	–	1	**1**

COMO CAIU

Prova. Na 29 de 2017, a definição de indício do art. 239 do CPP (circunstância conhecida e provada, com relação com o fato, por indução). Na 30, quem pode fazer o exame de corpo de delito. Na 31, fotografia do cadáver e prazo da autópsia. Na 32, as regras da busca domiciliar.

Prisão, medidas cautelares e liberdade provisória. Na 28 de 2022, cinco teses do STJ (preventiva de ofício antes do Pacote Anticrime, ANPP, revisão em 90 dias). Na 29, limite da fiança concedida pelo delegado e deveres do afiançado. Na 31, prazo, cela separada e contagem da prisão temporária da Lei 7.960/1989.

Inquérito policial. Na 27 de 2022, um caso de tráfico de pessoas em Abadiânia pedia verdadeiro ou falso sobre a requisição de sinais de localização às operadoras, com prazos de 30 dias, 72 horas e 12 horas do art. 13-B do CPP disfarçados de 15 dias, 48 horas e 24 horas.

Ação penal. Na 27 de 2017, crimes de ação penal pública e a requisição do Ministro da Justiça (art. 24 do CPP), com erradas restringindo a representação aos descendentes ou ao cônjuge.

QUESTÃO COMENTADA · 2017, QUESTÃO 31 · SOLDADO DE 3ª CLASSE

A banca pediu a afirmação correta sobre perícia segundo o CPP, com opções sobre fotografia de cadáver, prazo da autópsia, exumação, provas fotográficas no laudo e dispensa do exame interno.

Gabarito: Os cadáveres serão sempre fotografados na posição em que forem encontrados (letra A), texto do art. 164 do CPP.

A errada mais perigosa dizia que a autópsia é feita 'em até seis horas' depois do óbito. O art. 162 manda esperar pelo menos seis horas. A Funrio inverte o sentido do prazo.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ Na 30 de 2017, 'o juiz ou a autoridade policial negarão o exame de corpo de delito' quando desnecessário estava errado: o art. 184 do CPP ressalva justamente o corpo de delito.
- ✕ Na 32 de 2017, 'emprego de força contra o morador ou seus familiares' estava errado. O art. 245, §3º, permite força contra coisas.
- ✕ Na 32 de 2017, o auto da busca com 'uma testemunha presencial' estava errado. O art. 245, §7º, exige duas.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Das questões e processos incidentes.

PRIORIDADE Prova (arts. 155 a 250 do CPP) e prisão, fiança e prisão temporária primeiro: somam 7 das 10 questões. Inquérito e ação penal vêm depois. Nulidades e recursos podem ficar para o fim.

MATÉRIA 07

PENAL MILITAR

10	10,0%	2/2
questões em 2 provas	do total	provas em que caiu

Foram 10 questões, 6 em 2017 e 4 em 2022. Penas apareceram nas duas provas, 3 vezes no total: pena principal e regras gerais em 2017, assertivas sobre pena de morte, penas acessórias, efeitos da condenação e prescrição na deserção em 2022. A Funrio cobrou crimes em espécie com o texto do CPM (deserção, assunção de comando, correspondência, prevaricação). A AOCP cobrou parte geral (aplicação da lei e imputação) e um caso de motim ou revolta.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2022	2017	TOTAL
Penas e efeitos da condenação	1	2	**3**
Crimes contra a autoridade ou disciplina militar	1	1	**2**
Aplicação da lei penal militar	1	–	**1**
Crime e imputabilidade	1	–	**1**
Crimes contra o serviço e o dever militar	–	1	**1**
Crimes militares em espécie (violação de correspondência)	–	1	**1**
Crimes contra a administração militar	–	1	**1**

COMO CAIU

Penas e efeitos da condenação. Na 37 de 2017, qual era pena principal entre penas acessórias (a resposta era suspensão do exercício do posto, que a Lei 14.688/2023 tirou da lista de penas principais). Na 39, regras sobre pena de morte, detenção, confissão e o assemelhado, figura revogada pela mesma lei. Na 40 de 2022, quatro assertivas sobre fuzilamento, impedimento e reforma, perda de posto e prescrição na deserção.

Crimes contra a autoridade ou disciplina militar. Na 41 de 2017, qual crime tem pena só de reclusão (assunção de comando sem ordem). Na 41 de 2022, militares que se reúnem armados e agem contra ordem do superior: o detalhe 'armados' é o que o art. 149 do CPM usa para separar motim de revolta.

Crimes contra o serviço e o dever militar. Na 40 de 2017, os casos assimilados à deserção, com o prazo de oito dias trocado por sete e cinco nas erradas.

Aplicação da lei penal militar. Na 38 de 2022, tempo do crime, abolitio criminis, pena cumprida no estrangeiro, crimes em tempo de guerra e defeito do ato de incorporação.

QUESTÃO COMENTADA · 2017, QUESTÃO 40 · SOLDADO DE 3ª CLASSE

A questão perguntava qual militar incorre na mesma pena da deserção, com opções sobre fim do prazo de trânsito, fim de licença, declaração de estado de sítio, cumprimento de pena e exclusão do serviço ativo.

Gabarito: O que deixa de se apresentar à autoridade em oito dias contados da declaração do estado de sítio ou de guerra (letra C).

As erradas usavam sete e cinco dias, e a da exclusão do serviço tirou a exigência de criar ou simular incapacidade. No CPM, o número do prazo é o que a banca troca.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ Na 37 de 2017, perda de posto e patente, exclusão das Forças Armadas e indignidade para o oficialato apareciam como penas principais, mas são acessórias.
- ✕ Na 39 de 2017, a confissão espontânea aparecia como se não fosse atenuante. Ela consta entre as atenuantes do CPM.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Ação penal.
- Concurso de agentes.

PRIORIDADE Penas principais e crimes contra a autoridade ou disciplina primeiro: o edital de 2022 marca os dois e eles deram 5 das 10 questões. Depois deserção e parte geral. Crimes em tempo de guerra podem ficar para o fim. Estude o CPM na redação da Lei 14.688/2023: hoje as penas principais são morte, reclusão, detenção, prisão e impedimento.

MATÉRIA 08

LEGISLAÇÃO ESPECIAL

7	7,0%	2/2
questões em 2 provas	do total	provas em que caiu

Foram 7 questões, 3 em 2017 e 4 em 2022, cada uma de uma lei diferente. Crimes hediondos foi a única lei nas duas provas. Em 2017 caíram porte de arma, hediondos e crimes do ECA, pela letra da lei. Em 2022 caíram tráfico privilegiado, lista de hediondos com entendimento dos tribunais, Juizados Especiais Criminais e crimes do Código de Trânsito.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2022	2017	TOTAL
Crimes hediondos (Lei 8.072/1990)	1	1	**2**
Lei de Drogas (Lei 11.343/2006)	1	–	**1**
Juizados Especiais (Lei 9.099/1995)	1	–	**1**
Crimes do Código de Trânsito (Lei 9.503/1997)	1	–	**1**
Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003)	–	1	**1**
Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990)	–	1	**1**

COMO CAIU

Crimes hediondos (Lei 8.072/1990). Na 46 de 2017, qual crime da lista era hediondo (estupro), com erradas mudando detalhes como 'dois ou mais agentes' no grupo de extermínio. Na 48 de 2022, seis crimes (tráfico internacional de arma, injúria racial, furto com explosivo, infanticídio, associação para o tráfico e tráfico privilegiado) para separar os hediondos ou equiparados.

Lei de Drogas (Lei 11.343/2006). Na 47 de 2022, o caso de Zeus em Anápolis pedia o que NÃO é requisito do tráfico privilegiado do art. 33, §4º. Pequena quantidade de droga não está na lei.

Juizados Especiais (Lei 9.099/1995). Na 49 de 2022, conceito de menor potencial ofensivo, efeito dos embargos de declaração, transação penal descumprida e suspensão do processo em crime continuado.

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990). Na 48 de 2017, qual conduta é crime do ECA. A correta era o envio de criança ao exterior sem as formalidades ou para obter lucro.

QUESTÃO COMENTADA · 2017, QUESTÃO 46 · SOLDADO DE 3ª CLASSE

A banca listou homicídio de grupo de extermínio, extorsão, estupro, epidemia e falsificação de produto e perguntou qual, consumado ou tentado, é hediondo.

Gabarito: Estupro (letra C).

As erradas eram hediondas só com um complemento que a alternativa tirou ou trocou: extorsão só nas formas qualificadas, epidemia só com morte, falsificação só de produto terapêutico ou medicinal. Na Lei 8.072/1990 o detalhe de cada inciso é o que cai.

ONDE A BANCA DERRUBOU

- ✕ Na 46 de 2017, o homicídio de grupo de extermínio aparecia 'desde que cometido por dois ou mais agentes'. A lei diz 'ainda que cometido por um só agente'.
- ✕ Na 48 de 2017, fornecer bebida alcoólica a criança 'desde que onerosamente' estava errado: o art. 243 do ECA fala 'ainda que gratuitamente'.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Abuso de Autoridade (Lei nº 13.869/2019).
- Crimes de tortura (Lei nº 9.455/1997).
- Lei nº 12.850/2013.
- Interceptação telefônica (Lei nº 9.296/1996).
- Racismo (Lei nº 7.716/1989).
- Crimes do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- Crimes ambientais (Lei nº 9.605/1998).

PRIORIDADE Lei 8.072/1990 primeiro, porque caiu nas duas provas, depois Lei de Drogas, Juizados e Código de Trânsito, que a AOCP cobrou em 2022. Abuso de autoridade, tortura e organização criminosa não caíram nas duas provas e ficam para uma leitura da lei no fim.

MATÉRIA 09

PROCESSO PENAL MILITAR

5	5,0%	1/2
questões em 2 provas	do total	provas em que caiu

Só caiu em 2022, com 5 questões valendo 2 pontos cada, uma de cada assunto. A AOCP cobrou polícia judiciária militar e IPM (42 e 46), ação penal militar (43), competência entre Justiça Militar e Júri (44) e recursos e revisão (45). Em 2017 a matéria não fez parte da prova.

ASSUNTO POR ASSUNTO

ASSUNTO	2022	2017	TOTAL	
Polícia judiciária militar e aplicação da lei processual	1	–	1	
Ação penal militar	1	–	1	
Competência e foro militar	1	–	1	
Nulidades e recursos	1	–	1	
Inquérito policial militar	1	–	1	

COMO CAIU

Polícia judiciária militar e aplicação da lei processual. Na 42 de 2022, prevalência de tratados sobre o CPPM, interpretação da lei, delegação das atribuições de polícia judiciária militar a oficiais da ativa e a forma de instauração do IPM.

Competência e foro militar. Na 44 de 2022, PM que estupra moradora durante o policiamento e dias depois mata a testemunha. A questão exigia separar o crime militar do homicídio doloso contra civil.

Inquérito policial militar. Na 46 de 2022, lacunas com o prazo do IPM em tempo de guerra e a prorrogação. Entre as opções estava 20 e 40 dias, números do IPM em tempo de paz (preso e solto).

Ação penal militar. Na 43 de 2022, ação privada subsidiária em crime militar, indisponibilidade da ação pelo MP, suspeição do juiz, dispensa do rol de testemunhas e exceção de litispendência.

QUESTÃO COMENTADA · 2022, QUESTÃO 44 · SOLDADO DE 2ª CLASSE COMBATENTE

Um PM, em serviço de policiamento, comete estupro contra uma moradora e, dias depois, mata a irmã dela, que testemunhou o crime. A questão pedia onde ele responde por cada crime.

Gabarito: O gabarito definitivo de 2022 não foi localizado. Pela lei, o estupro em serviço é crime militar desde a Lei 13.491/2017 e vai à Justiça Militar, e o homicídio doloso contra civil vai ao Tribunal do Júri (art. 125, §4º, da CF), o que corresponde à letra E.

A AOCP usou o PM de serviço para cobrar a regra constitucional que tira do foro militar o crime doloso contra a vida de civil. As erradas apostavam em conexão e continência para reunir tudo num juízo só.

O QUE O EDITAL PEDE E AINDA NÃO CAIU

Tópicos do último edital que nenhuma das provas analisadas cobrou. Não são para pular: a banca nova pode cobrar.

- Das provas.
- Da denúncia.
- Das medidas preventivas e assecuratórias.
- Da execução.

PRIORIDADE Polícia judiciária militar, IPM e competência primeiro, que deram 3 das 5 questões de 2022. Provas, denúncia e execução estão no edital sem questão até agora e ficam para o fim.

MATÉRIAS DE PESO MENOR

ABAIXO DE 4% DAS QUESTÕES

Juntas, ainda contam pontos. Estude depois das matérias de cima, com questões da banca.

LEGISLAÇÃO PMGO

3 questões · 3,0% · 1/2 provas

Caiu só em 2017, com 3 questões sobre o Estatuto dos Policiais Militares de Goiás: hierarquia e precedência (47), direitos, como a remuneração do grau hierárquico imediato ao ir para a inatividade com mais de 30 anos de serviço (49), e manifestações do valor policial militar (50). O edital de 2022 não trouxe a matéria.

Prioridade: Fica para o fim e só entra se o novo edital voltar a pedir o Estatuto. Se pedir, as 3 questões de 2017 mostram que a banca cobra a letra dos artigos de hierarquia, direitos e valor policial militar.

PLANO

POR ONDE COMEÇAR

A ordem segue os blocos da metodologia Irmãos Polícia, ajustados pelo peso real das provas.

SEMANAS 1 A 4	**Constitucional, Administrativo, Português** Bloco 1 e as três matérias de maior peso: 44 das 100 questões lidas. Em 2022 Constitucional e Administrativo valiam 12 pontos cada, e Português, 10 pontos, além da redação, que valia 25.
SEMANAS 5 A 8	**Penal, Processo Penal** Fecham o Bloco 1, com 21 questões nas duas provas e 2 pontos por questão em 2022. Juntos com a fase anterior, o Bloco 1 deu 54 dos 85 pontos da objetiva de 2022.
SEMANAS 9 A 12	**Penal Militar, Processo Penal Militar, Legislação Especial** Bloco 2, com 22 questões nas duas provas e 26 pontos em 2022. Processo Penal Militar só apareceu em 2022, mas com 5 questões, mais que Penal Militar no mesmo ano.
SEMANAS 13 A 15	**História e Geografia de Goiás, Legislação PMGO** Bloco 3: 5 questões de 1 ponto em 2022, mas a matéria não pode ser zerada. Legislação PMGO só entra se o próximo edital pedir.

O QUE MUDOU DE UMA PROVA PARA OUTRA

- A banca mudou de Funrio (2017) para Instituto AOCP (2022), e o tempo de prova passou de 4 para 5 horas, com as mesmas 50 questões e o texto dissertativo.
- Interpretação de texto caiu de 7 questões em 2017 para 1 em 2022. A AOCP trocou a leitura por gramática no texto: 9 das 10 questões de Português de 2022 eram de morfologia, sintaxe, pontuação, coesão, colocação, reescrita e redação oficial.
- Processo Penal Militar entrou com 5 questões em 2022, e o Estatuto dos PM de Goiás, que teve 3 em 2017, saiu do edital. Penal Militar caiu de 6 para 4.
- Casos narrados nas questões de Direito foram de 0 em 2017 para 13 em 2022, e menções ao STF e ao STJ foram de 0 para 5.
- Questões de verdadeiro ou falso, assertivas I a IV e alternativa incorreta foram de 1 em 2017 para 14 em 2022.

LIMITES DESTA ANÁLISE

- Foram lidas duas provas de Soldado: 2017 (Funrio, Soldado de 3ª Classe, Prova A, 50 questões) e 2022 (Instituto AOCP, Soldado de 2ª Classe Combatente, caderno Tipo 01, 50 questões). A prova de 2013 (UEG) não foi obtida.

- O gabarito definitivo de 2022 não foi localizado (os endereços do Instituto AOCP retornam erro 404). Por isso as respostas de 2022 não são afirmadas, e as questões comentadas saíram de 2017, menos em Processo Penal Militar, que só caiu em 2022: lá a resposta está marcada como dedução pela lei.
- Em 2017 o gabarito final retificado anulou as questões 4, 14, 23 e 35 da Prova A. Elas seguem na contagem por assunto, porque o tema foi cobrado.
- Algumas questões de 2022 misturam assuntos numa só (18 de Penal, 25 de Constitucional, 28 de Processo Penal, 34 e 35 de Administrativo). Foram contadas no assunto predominante.
- Os pontos por questão (1 para Português e Goiás, 2 para Direito) e os blocos vêm do edital de 2022. A próxima banca não está definida e o perfil pode mudar outra vez.

Dossiê feito em novembro de 2026. Quando o edital sair, confira matérias e número de questões no texto oficial.